

MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O QUINQUÉNIO 2026/2030

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 119065**, datado de **2025.12.12**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.12.02, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar dos citados documentos, o qual foi dado a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

---- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **73.252.700,00€** (setenta e três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e setecentos euros). -----

---- O processo encontra-se instruído com a informação registada sob o n.º 113.819/2025, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, o qual efetuou uma breve exposição sobre os referidos documentos. -----

---- (Aprovado em minuta)”. -----

----- Tomando a palavra, o **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** fez uma breve apresentação sobre os principais pontos da matéria em análise. -----

----- Finda a exposição, o Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “É uma pergunta técnica, por isso, baseado naquilo que o senhor presidente de Câmara disse há pouco e bem, o cálculo do orçamento é feito com base numa média dos últimos dos últimos dois anos, quanto às receitas. -----

Por isso é mais uma razão para não percebermos a questão do IMI. Ou seja, o valor de impostos diretos que está no orçamento para 2026, estamos a falar de 13 milhões e 10 mil euros previstos no Orçamento, páginas 61 e 122 do Orçamento. -----

O valor dos impostos diretos em 2024 foi de 12 milhões 527. Os impostos diretos cobrados até 30 de novembro deste ano, só um termo comparativo, 10 milhões e 400 mil. Ou seja, no mês de dezembro do ano de 2024 foram liquidados aproximadamente 2 milhões e 100 mil - 2024 que é o último ano de resultados concretos. Até ao final do mês de novembro de 2025, segundo dados que acompanham a comunicação do senhor Presidente, o valor de impostos diretos já vai, até 30 de novembro em 12.000.723,420, um aumento de 21% em relação ao mesmo período do ano passado. -----

A minha primeira pergunta, nesta primeira rodada, qual é o valor de impostos diretos que prevê que sejam liquidados até ao final do ano de 2025?" -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Representante Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Estimado público e comunicação social, -----

Discutimos hoje um Orçamento e umas Grandes Opções do Plano que não são apenas um exercício técnico ou contabilístico. Discutimos um documento profundamente político, que traduz uma visão clara para o concelho de Ourém, uma forma distinta de governar e, sobretudo, uma rutura inequívoca e definitiva com práticas do passado. -----

O Orçamento Municipal para 2026, com um valor global próximo dos **74 milhões de euros**, é o reflexo de uma governação responsável, planeada e ambiciosa. É também o resultado de uma estratégia consistente seguida ao longo dos últimos anos, que contrasta de forma clara com a herança deixada pelo anterior executivo socialista. -----

Convém não esquecer que o PSD encontrou um município com investimento estrutural adiado, projetos sem enquadramento financeiro e uma visão excessivamente limitada à gestão corrente. O que hoje discutimos é definitivamente o oposto: um orçamento que planeia, que executa e que transforma o território. -----

Entre 2024 e 2026, assistimos a um crescimento sustentado da capacidade orçamental do Município. Mas mais importante do que o valor global é a **qualidade da despesa**. Este

orçamento cresce porque existe rigor. Prova disso é a **redução da despesa corrente em cerca de 3,7 milhões de euros**, libertando meios para investimento público real. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

O investimento direto municipal atinge cerca de **31,7 milhões de euros**, podendo chegar aos **34,3 milhões de euros** quando incluímos os apoios a outras entidades. -----

Este valor coloca Ourém entre os municípios mais investidores da região, sobretudo quando analisamos o investimento per capita. -----

Mas este investimento não é abstrato. Traduz-se em **obras concretas, visíveis e estruturantes**, algumas das quais há muitos anos reclamadas pela população e sucessivamente adiadas nas governações anteriores. -----

Na área da **Educação**, destaca-se um investimento global **superior a 6,3 milhões de euros**, onde importa salientar: -----

a **requalificação da Escola EB 2,3 do IV Conde de Ourém** e a **conclusão da requalificação da antiga Escola das Louças para instalação de uma creche**, investimentos que reforçam a rede educativa e respondem às necessidades reais das famílias logo a partir da primeira infância. -----

Na área da **Saúde**, o Município investe **cerca de 3,6 milhões de euros**, com duas obras absolutamente estruturantes: -----

a **conclusão da requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Fátima** e a **ampliação e requalificação do Centro de Saúde de Ourém**, investimentos que melhoram significativamente as condições de atendimento e de trabalho dos profissionais, depois de anos sucessivos de degradação quando estes edifícios eram geridos pelo Governo Central. -----

Na área da **Habitação**, com um investimento superior a **13 milhões de euros**, destaca-se a **construção de habitação para arrendamento a custos controlados**, uma resposta concreta à crise habitacional. -----

Ao nível das **infraestruturas rodoviárias e mobilidade**, importa sublinhar obras de grande impacto financeiro e territorial, como: – a **conclusão da requalificação da Rua da Castela e ligação à Rua Dr. Armando Henriques Reis Vieira**; – a **2.ª fase da Estrada de Minde (EN 360)**, na zona limítrofe com Alcanena; – a **requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus, em Fátima**; – e a **Rua de São João Eudes, também em Fátima**, na sua primeira fase. -----

Estas são obras estruturantes que melhoram a mobilidade, a segurança rodoviária e a coesão territorial, e que representam investimentos de cerca de 5,5 milhões de euros só em 2026. -----

Na área do **Desporto e Qualidade de Vida**, com investimentos na ordem dos **6,2 milhões de euros**, destaco a **ampliação do Parque Desportivo de Fátima**, uma infraestrutura com impacto supramunicipal, e a **expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira**, valorizando o espaço público e o lazer. -----

No plano da **administração pública e proximidade aos cidadãos**, merece destaque a **requalificação do antigo edifício da rodoviária para instalação da Loja do Cidadão em Ourém**, um investimento estruturante na modernização dos serviços públicos. -----

Ao nível do **Desenvolvimento Económico**, com um investimento global **superior a 5 milhões de euros**, sublinho a aposta na **Área de Acolhimento Empresarial de Caxarias-Urqueira**, essencial para a atração de investimento, criação de emprego e fixação de empresas no concelho. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Quando comparamos Ourém com municípios vizinhos, muitos deles governados pelo Partido Socialista, a diferença é clara: enquanto alguns apresentam orçamentos elevados, mas com fraca execução e poucas obras estruturantes, Ourém apresenta um orçamento que se traduz em obra feita e em transformação real do território. -----

Também na **política fiscal**, a diferença é evidente. Ourém abdica de cerca de **4 milhões de euros em receita fiscal**, mantendo taxas reduzidas de IMI e derrama. Em muitos municípios socialistas, a resposta tem sido aumentar impostos; em Ourém, sob governação PSD, opta-se por **gerir melhor para cobrar menos**. -----

Outro aspeto fundamental é a **capacidade de captação de fundos comunitários e PRR**, num montante superior a **9,3 milhões de euros**, algo que exige planeamento, projetos maduros e competência técnica — fatores que faltaram durante muitos anos no passado. -----

As **Grandes Opções do Plano** refletem, assim, uma estratégia clara: investimento em pessoas, em infraestruturas, em coesão social e em desenvolvimento económico, sem comprometer a sustentabilidade financeira do Município. -----

Este Orçamento não é um conjunto de intenções; é um conjunto de compromissos com financiamento assegurado, calendário definido e impacto real. -----

Por tudo isto, o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano, com a convicção de que representam um verdadeiro salto qualitativo na governação do concelho. -----

É esta a diferença entre prometer e fazer. -----



É esta a diferença entre o passado socialista e o presente com o PSD. -----

É esta a diferença entre gerir o dia a dia e preparar o futuro. -----

Muito obrigado.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, Representante Grupo Municipal CDS-PP,
expôs o seguinte: “Exmo. senhor Presidente desta Assembleia Eng.º João Moura, -----

Minhas Senhoras, meus Senhores, -----

A coligação CDS-PP saúda a aprovação do Orçamento Municipal de Ourém para 2025/2026, documento que consideramos equilibrado, responsável e alinhado com as prioridades que temos defendido para o concelho. O orçamento reforça áreas essenciais como a coesão territorial, o investimento nas freguesias, a modernização dos serviços municipais e o apoio às famílias e ao tecido económico local. -----

Destacamos a continuidade de projetos estruturantes, a aposta na sustentabilidade financeira e a capacidade de manter uma gestão rigorosa sem comprometer o desenvolvimento. Para a coligação, este é um orçamento que responde aos desafios atuais e prepara o futuro, garantindo que Ourém continua a crescer com solidez, transparência e sentido estratégico. ----

A sua aprovação garante a continuidade de projetos fundamentais para o futuro do concelho, apesar dos desafios que enfrentamos, bem assim como representa um passo importante para consolidar políticas públicas que promovem qualidade de vida, competitividade e confiança no caminho que o município está a seguir. -----

Por isso, iremos **aprovar este orçamento**, que representa um compromisso com o desenvolvimento, a coesão social e a sustentabilidade. -----

Esta época natalícia traz sempre consigo um espírito especial: é um tempo de reencontro, de pausa e de gestos simples que ganham novo significado. Entre luzes, tradições e memórias, o Natal convida-nos a valorizar aquilo que realmente importa, a família, a solidariedade e a esperança num futuro melhor. Mesmo num mundo cheio de desafios, esta quadra lembra-nos que a generosidade e a proximidade continuam a ser forças transformadoras. -----

Em meu nome e em nome do CDS-PP desejo a todos vós e a todos os Oureenses um santo e feliz Natal e um Ano Novo muito próspero! -----

Bem-haja!” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte:
“Respondendo ao senhor deputado Nuno Baptista. E peço desculpa, há pouco induzi em erro, são as regras dos três últimos exercícios económicos e não dois, como disse. -----

Não tenho, obviamente, previsão de quanto é que podemos cobrar agora. O que lhe posso dizer, e aquilo que sei, penso que iremos cobrar de IMI que foi pago durante o mês de novembro e que será recebido agora em dezembro, cerca de 1,7 milhões €. Habitualmente, cerca de 110.000 € por mês, penso que não deverá fugir muito desta situação. -----

O IMT é variável, mas pensamos que, face aos meses anteriores, poderemos ter uma receita de cerca de 300.000 € de IMT durante o mês de dezembro. -----

A Derrama, penso que não será significativo porque as empresas já pagaram o seu IRC. -----

Portanto, serão estes os valores que posso, neste momento, adiantar, sem ter a certeza absoluta de que sejam estes. O IMI, sim, porque já tive a oportunidade de ver e penso que há de ser o valor mais significativo. -----

Muito obrigado.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA expôs seguinte: “Como tinha dito, em 2024 foram 2.100.000 €, portanto não fugirá muito desse valor. Isto quer dizer que faltarão cerca de 2 milhões € no orçamento de impostos diretos. Essa é a realidade. Ou seja, a cobrança de impostos diretos, em vez de ser 13.010.000 €, vai aproximar-se muito dos 15 milhões €. Uma subida de 20% em cada ano. Esse é o motivo para que, do nosso ponto de vista, ser orçamentalmente completamente compatível a diminuição dos tais 350.000 €, seria menos do que isso, a diminuição para a taxa mínima e a devolução de 1% do IRS. -----

Volto a dizer, faltam 2 milhões € neste Orçamento. A lei não permite, não é perceptível para nós que não se faça a previsão, fora ainda os tais 350.000 € a mais de impostos. Portanto, estamos a falar de mais de 2 milhões € que faltam só de impostos diretos neste Orçamento. -----

Todas as propostas que nós fizemos, tanto na questão do IRS como na questão do IMI, estavam perfeitamente enquadradas. O Orçamento seria bem superior e com o potencial aumento, pelo menos a nível de IMT, que será certamente, se não acontecer nenhuma hecatombe, o de 2026 ainda será superior a este ano. -----

Estes dados de 15 milhões €, do meu ponto de vista e com as contas que tenho, são absolutamente conservadores. -----

Portanto, tendo em conta também a nossa proposta para as eleições autárquicas, os dados que nós apurámos com este Orçamento e os dados aqui falados, este aumento brutal na cobrança de impostos, além de algumas taxas de execução que farão parte da nossa

declaração de voto que faremos chegar à Assembleia, o Grupo Municipal do Partido Socialista irá votar contra o Orçamento de 2026.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Ainda bem que o senhor Deputado Nuno Baptista chegou a esta conclusão, porque parte do saldo de gerência é exatamente oriundo deste aumento de impostos que não pode ser refletido no respetivo orçamento. -----

O que lhe posso dizer é que estes 2 milhões € que, eventualmente, possam ser recebidos a mais, não podem ser refletidos no orçamento do próximo ano, mas serão no de 2027. O que significa que o senhor deputado tem que nos dizer quais são as obras que vamos deixar de fazer, nomeadamente nas freguesias, para podermos abdicar desses valores. É muito fácil dizer que podemos baixar os impostos ou que podemos abdicar desses valores, mas temos de dizer em concreto onde é que vamos deixar de investir esses mesmos valores. -----

Dizer que obviamente não podemos, de forma nenhuma, abdicar destes valores que estamos aqui a discutir hoje, sob pena de não conseguirmos executar aquilo que temos previsto e que nos comprometemos perante os Orientes. -----

Muito obrigado” -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 03 VOTOS CONTRA DO GRUPO MUNICIPAL PS; 04 ABSTENÇÕES DO GRUPO MUNICIPAL CHEGAM; 30 VOTOS A FAVOR – 26 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 04 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP – 37 PRESENCAS** -----

----- Tomando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, representante Grupo Municipal do PS, apresentou a seguinte declaração de voto: “Estamos perante um orçamento com um brutal aumento de cobrança de impostos, aproximadamente € 2.500.000,00 a mais em relação ao final de 2024. Uma brutalidade. -----

Do programa eleitoral do Partido Socialista, para as eleições de outubro de 2025, faziam parte medidas de índole fiscal, como por exemplo a devolução aos cidadãos do nosso concelho de parte do IRS que pagaram e a diminuição da Taxa de IMI para o valor mínimo, no caso 0,30. Como podemos ver essa diminuição era perfeitamente possível, sendo que o valor cobrado de impostos diretos, mesmo assim, iria subir em relação aos anos transatos. Medidas mais que justas e coerentes orçamentalmente. -----

Esta é uma razão mais que obvia para o grupo municipal do Partido Socialista votar contra os Documento Provisionais aqui apresentados. -----

O orçamento em análise (2026), é muito próprio de um primeiro ano de mandato: -----

Os principais investimentos chegaram ao fim no ano passado e daí que se está a projetar os novos 4 anos. Nós sabemos disso o que isso significa em termos de ciclos eleitorais e de estratégia eleitoral. -----

O orçamento de 2026 é assim, do ponto de vista da execução de investimentos, um ano muito pobre, daí podemos ver as quedas das despesas de capitais (-17,98%), acompanhadas com a queda as receitas de capitais (-17,06%). Estas receitas são em grande parte provenientes dos fundos comunitários. -----

O orçamento prevê uma quebra de 6,05%, e isso tem muito haver com as quebras referidas no parágrafo anterior. -----

Assim, 2026, vai ser, na nossa opinião, o ano de maior gestão corrente desde que a Ourém Sempre entrou no Executivo. Vai ser um ano a viver dos rendimentos correntes. Até que os investimentos inscritos nas GOP's são de duvidosa execução. -----

O histórico de cumprimento dos mesmos, não abonam em favor deste executivo, pelo que devemos esperar novas taxas de baixas coberturas das GOP's. -----

Tendo em conta as expectativas de cumprimentos serão baixas e tendo em conta ainda que as receitas próprias do município, crescerão, vamos continuar a ter elevados superávits orçamentais, traduzidos na continuação de elevados saldos de gerência e dinheiro parado em contas à ordem nos Bancos. -----

As contas do município, continuarão assim robustas, sem pressões e com um passivo perfeitamente gerável. -----

Contudo, ainda assim, acha este executivo que os munícipes, deverão continuar e até reforçar as suas contribuições, na forma de dízimo, à gestão PSD/CDS. Este executivo sabe que não consegue alocar as receitas em investimentos, resultando todos anos em superávits, mas ainda assim, pede que os contribuintes paguem mais pelo IMI, resultando num crescimento para os cofres do executivo em mais 350 a 400 mil euros. E, continuam a achar que o dízimo da participação no IRS dos munícipes deve continuar na taxa máxima permitida por lei (5%). -----

Quando o senhor presidente fala que com a sua política fiscal poupam 4 milhões de euros aos munícipes de Ourém, devia ter consciência que está é a carregar com cerca de 2,5 a 3 milhões



de euros a mais do que aquilo que podiam aliviar os municípios. As contas municipais são equilibradas e robustas o suficiente para estar a cobrar no intervalo mínimo do IMI 0.3% ao invés dos propostos 0.325% (que injustificadamente é proposto um agravamento) e isentar os municípios, nem que seja temporariamente de parte do pagamento 5% na participação do IRS. No que respeita a este último imposto, creio que o executivo sabe muito bem que podia prescindir deste valor, no entanto, tem receio que isentando-o agora, seria muito difícil depois numa fase mais "afitiva" aplicar novamente a mesma taxa... -----

Por fim, e voltando um pouco ao princípio, o ano de 2026 vai ser um ano de pouca dinâmica e o próprio orçamento não o esconde, pois diz que vão existir quedas bruscas dos investimentos, quer direto (-19,84%) quer total (-19,01%). -----

Ainda, sobre o tema Habitação. Trata-se neste momento, um dos assuntos mais preocupantes, e ao que parece Ourém, não está muito preocupado com isso, e as políticas orçamentais são reflexos disso. -----

São apontadas várias razões para que a política de habitação do executivo tenha sido um flop, e ao que parece, segundo os documentos, nenhuma razão é optada a gestão do executivo. São razões burocráticas, do governo central (agora o governo é da mesma cor, por isso não se podem escurar aí), são razões administrativas, tudo menos suas. Por isso, o orçamento não passa por esta prioridade. -----

Por todos estes motivos, o voto do grupo Municipal do Partido Socialista será contra os presentes documentos." -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Assembleia Municipal de Ourém, 22 de dezembro 2025 -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,